

## A AMPERJ DO SÉCULO XXI: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

CARLOS ROBERTO DE CASTRO JATAHY\*

A nossa AMPERJ tem sido palco, ao longo de sua história, de acontecimentos institucionais marcantes. O desenho atual do Ministério Público é fruto do incessante trabalho desempenhado pela Associação e suas lideranças, inicialmente visando semear na classe a idéia de um Ministério Público Nacional, acima e superior às profundas diferenças regionais até então existentes. Tal objetivo foi alcançado no III Congresso Fluminense do Ministério Público, em 1970, na cidade de Teresópolis, com a criação de nossa entidade representativa nacional (CAEMP, hoje CONAMP), de presença e atuação marcante na vida da classe.

Posteriormente, o trabalho de nossa Associação direcionou-se para o Congresso Constituinte de 1988, quando os integrantes da entidade fluminense se destacaram no esforço de sensibilizar os parlamentares para um novo perfil institucional e para a *vocação social do Ministério Público*.

Ao mesmo tempo, a AMPERJ tem sido defensora intransigente das prerrogativas e garantias dos membros do Ministério Público, levantando-se contra aqueles que insistem em subalternizar o *Parquet* e seus agentes, ao não aceitarem as novas funções institucionais que lhe foram conferidas pelo Estado Democrático de Direito.

O apoio a colegas aviltados no exercício funcional (inclusive com o patrocínio de advogados para sua defesa) e as manifestações públicas em favor do pleno exercício das funções institucionais (em prol da Investigação Direta do MP ou contra a "Lei da Mordaza") são exemplos recentes da forma marcante de atuação desenvolvida pela nossa AMPERJ.

A par de tais relevantes tarefas, deve-se preocupar também a Associação com os desafios contemporâneos do Ministério Público, fomentando o debate entre seus membros acerca das questões estratégicas que permeiam nossa relação com a sociedade e o Estado, participando efetivamente do trabalho de *transformação social* esperado pela nação brasileira.

---

\* CARLOS ROBERTO DE CASTRO JATAHY é Procurador de Justiça. Associado desde 1988, exerceu três mandatos como conselheiro da AMPERJ.

A AMPERJ deve proporcionar a seus associados muito mais que um espaço para lazer e conagração. Deve formular propostas concretas para a solução dos problemas em que se debate a sociedade, estimulando a discussão entre seus membros acerca de temas recorrentes nas atribuições institucionais.

A violência urbana e a criminalidade crescente; o controle da probidade na administração pública; a efetividade dos direitos sociais e a ocupação desordenada do espaço público, por exemplo, podem ser objeto de Reuniões e "Fóruns permanentes", como local de debate franco e aberto, onde os colegas poderão compartilhar experiências positivas de atuação, realizar a exposição de "casos concretos" enfrentados e a solução neles adotada.

Palestras e Cursos de Capacitação devem estar na agenda associativa, como forma de mobilizar valores e vocações institucionais para o objetivo de nosso Ministério Público. O debate elevado acerca de cada área de atuação institucional pode significar o elo de coesão, conagração e aproximação entre os integrantes de Promotorias de Justiça fracionadas na base territorial de nosso Estado, numa forma de estimular a adoção de ações conjuntas para a solução das mazelas que assolam nosso cotidiano.

A divulgação do trabalho realizado pelos membros do Ministério Público perante a comunidade, com a ocupação de espaços na mídia, também deve ser objeto de preocupação dos dirigentes classistas. Devemos prestar contas à sociedade de nossa atuação institucional em cumprimento ao mandato constitucional que nos foi outorgado pelo pacto constituinte de 1988.

Finalmente, a relação cordial e fraterna, porém inteiramente independente, deve caracterizar o trato entre a Entidade de Classe e a Chefia Institucional. Eis o compromisso do passado, que os futuros dirigentes devem cumprir. Esta é a associação de classe que queremos, para enfrentar os desafios institucionais que virão.